

RESGATE DE UMA DÉCADA: A CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA DOS ANOS 80

Frederico José Falcão*

RESUMO

Muitos dos analistas que se debruçaram sobre os anos 80 trataram-nos como uma “década perdida”, dadas as condições da economia brasileira desse período. Este trabalho busca discutir aquela época considerando outros fatores, em especial, o aparecimento de uma forte mobilização política e social, intentando a queda do regime ditatorial vigente e a construção de uma sociedade mais democrática e com maior participação das camadas mais exploradas da população. Em destaque aparecem as lutas operárias, a reorganização do movimento sindical e partidário e os organismos político-sindicais mais representativos naquele período, com seus avanços e limites. E aí, ganha relevância a inserção dos assistentes sociais nesse processo, em luta contra a sua tradição conservadora e pela construção de uma profissão articulada aos interesses da maioria da população.

Palavras-Chave: Movimentos Populares, Movimento Sindical, Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores e Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Diversos analistas econômicos, debruçados sobre o penúltimo decênio do século XX no Brasil, não tiveram dúvidas em afirmá-lo como a “década perdida”. A quebra da economia brasileira, as baixas taxas de crescimento da produção e a dependência do país frente aos organismos de controle financeiro mundial, levaram aqueles estudiosos a conclusões especialmente negativas. Levando-se em consideração a trajetória histórica dos indicadores de crescimento econômico no período pós-2ª Guerra Mundial (1939/45), a comparação com os dados mais recentes apresentava um quadro lamentável.

Teriam, então, razão em seus exames esses críticos da vida nacional? Teria o Brasil perdido o rumo, sendo pouco o que se poderia aproveitar daqueles anos? Ou seria esta uma visão limitada da realidade, na qual a mediocridade dos índices econômicos tendia a esconder um rico processo político e social com amplos setores da população assumindo um papel de partícipe que o regime militar usurpara?

Este texto procura discutir o Brasil dos anos 80, articulando aspectos da conjuntura internacional às vicissitudes de um país em crise sócio-econômica e em transição de uma ditadura decadente para um regime ainda por se definir. O centro da investigação passa por

* Doutorando do programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

discutir como se deu a inserção do Brasil na reordenação da dominância do capital em nível planetário e as relações entre as classes sociais em conflito. E, a partir daí, concluir sobre as perdas e ganhos ocorridos naquele período.

A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL E O BRASIL DOS ANOS 80

Aquilo que se convencionou denominar de neoliberalismo tem sua certidão de nascimento datada ainda da década de 1940, a partir das formulações de Friedrich Hayek. Sua preocupação, para além do anticomunismo, era discutir o papel do Estado interventor no modelo do Bem-Estar Social, denunciando-o como incapaz de incentivar o desenvolvimento das sociedades, estabelecendo barreiras ao verdadeiro responsável pelo progresso humano, o mercado, no qual a capacidade dos homens se potencializaria (HAYEK, 1972).

O pensamento de Hayek estaria parcialmente adormecido até os anos 70, quando os problemas no mundo capitalista acabariam por trazê-lo de volta à arena dos debates. Na parcela do mundo na qual reinavam os Estados Unidos da América, elementos de crise surgiram a partir dos desdobramentos da Guerra do Vietnã, do maio de 1968 na França e da falência do sistema acordado em Bretton-Woods, agravados pela elevação do preço do petróleo. Para os defensores do pensamento liberal havia que se procurar respostas para conter o poder dos sindicatos bem como do movimento operário e que aproveitassem a ocasião para recolocar as economias abaladas pela “crise do petróleo” de volta ao leito da centralidade do mercado (ANDERSON, 1995).

Neste momento, o receituário de Hayek começava a ser resgatado, de início, em um Chile que passava por uma “limpeza política” por intermédio de uma brutal ditadura militar. Foi, porém, a partir do final daquela década que os princípios neoliberais puderam ser levados a efeito de maneira mais ampla e eficaz, de início na Inglaterra e Estados Unidos da América.

Apesar da reação de entidades trabalhistas e de setores de esquerda, a idéia de que só haveria a saída neoliberal para os problemas que o mundo enfrentava se espalhou como praga daninha. A senilidade do socialismo soviético auxiliou a construção dessa hegemonia. A decadência econômica tornava a União Soviética e os países do Leste Europeu excelentes exemplos, na propaganda burguesa, de como o gigantismo estatal era impotente frente aos desafios colocados para a humanidade. Acrescia-se a isso a falta de liberdades nessa parte do

globo contribuindo para a vulgarização da idéia de “mundo livre” do capitalismo. A queda do Muro de Berlim tornou-se símbolo do fim de uma era.

As promessas de “Brasil, grande potência” realizadas pelo regime ditatorial no primeiro lustro dos anos 70, desfaziam-se poucos anos depois. A crise capitalista atingiu diretamente o “milagre brasileiro”, expondo a dura realidade de uma dívida externa crescente e sem alternativa de soluções. O resultado geral desse processo foi a incapacidade do Brasil em honrar os compromissos externos, assumida em 1982. A economia brasileira buscava se recuperar com o concurso de organismos financeiros internacionais, através de acordos que, em troca de empréstimos, permitiam a interferência desses organismos na formulação das políticas econômicas. O endividamento tornava-se o instrumento de ingerência do grande capital nas economias de inúmeros países, funcionando como sorvedouro de recursos deslocados dessas nações para o sustento de economias superendividadas, em especial a estadunidense.¹ E, ainda, monitorando economias periféricas, garantindo a ampliação da dependência (GOMES, 2003).

O aspecto central da dominação imperialista, via expansão do endividamento das nações subdesenvolvidas, dizia respeito ao fato de que tal domínio permitia impor um conjunto de determinações que apontavam para o “norte” neoliberal. A contínua desqualificação do Estado nacional como indutor de políticas de caráter desenvolvimentista, o aumento da desigualdade econômico-social e a volta das taxas de remuneração do capital anteriores à crise dos anos 70, eram alguns de seus objetivos. Para chegar a tanto se fez mister um processo de destruição da economia desses países. Crescimento medíocre, às vezes negativo, do PIB, inflação galopante e a queda na geração de empregos, foram alguns desses mecanismos, resultantes de seguidos planos econômicos justificados pelo descontrole inflacionário. Porém, pode-se afirmar que a suposta “década perdida”, da fala dos “agentes do mercado”, foi capaz de apresentar mecanismos, através, principalmente, de muitos de seus agentes sociais, que serviram de anteparo parcial, por algum tempo, à avalanche neoliberal.

A agonizante ditadura, dirigida, a partir de 1979, pelo general João Figueiredo, buscou encontrar saídas para as crises que se avolumavam, sem correr o risco de perda do controle do poder. Assim se deu logo no início do seu mandato com a anistia limitada e conexa e a permissão de ampliação do quadro partidário sem a abrangência que muitos reivindicavam.² Porém, própria eleição direta para governadores dos estados, em fins de 1982, demonstrou a

fraqueza do regime. A escolha popular de candidatos com posições oposicionistas acuava os detentores do poder. As reações contra o sucesso de Leonel Brizola no pleito do Rio de Janeiro foram frustradas pela pressão popular sobre um governo preocupado em evitar o aprofundamento da sua desmoralização.

O resultado obtido por Brizola não foi acompanhado de um mesmo êxito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu “batismo de fogo” eleitoral. O partido, surgido das lutas operárias e populares, apresentava, época, um perfil que o destacava-o dos demais. Não contava em seus quadros com lideranças do período anterior à ditadura e defendia um rompimento radical com a ditadura militar. Se havia muita esperança no sucesso da legenda por parte de sua direção e militância, fruto do crescimento das lutas operárias e populares, o resultado das urnas funcionou como uma ducha de água fria. O esquerdismo de algumas propostas, o não-enraizamento de um pensamento de esquerda em amplas parcelas da população, a falta de experiência e de recursos financeiros podem explicar, em boa parte, esse resultado frustrante.

A superação, ao menos parcial, da crise causada por esses resultados em sua estréia nas eleições parece ter ocorrido pelo recrudescimento dos problemas que afetavam a sociedade brasileira. Atingido por uma brutal ausência de liquidez, o Brasil abria, em 1982, a primeira de uma série negociações com o FMI. O governo brasileiro, acuado pelas dimensões da crise, tomava um conjunto de medidas, alterando profundamente a política salarial. Expurgos nos índices do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base de cálculo para os reajustes salariais, foram tornados realidade. A reação dos trabalhadores ocorreu através de manifestações que culminaram com uma greve geral.

Em relação ao comando da sua sucessão, o general ditador jogara a toalha. Paulo Maluf, político destacado durante a ditadura, trabalhava sua indicação como candidato oficial à eleição presidencial. A apreensão de amplas parcelas da população de que esta opção fosse vitoriosa diminuiu a pressão contrária de setores conservadores em relação à campanha das Diretas Já, Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, bloqueara, o máximo possível, a realização de comícios no Estado. Porém, dentro de uma estratégia de desgaste de Maluf e da união dos que temiam o avanço do movimento popular, acabou por realizar uma adesão envergonhada, anódina e formal.

Na direção do movimento pelas Diretas-já, os petistas reencontram as massas populares que não tinham sufragado o Partido nas urnas no ano anterior. Lá estavam, ainda, o PMDB procurando legitimar uma candidatura alternativa à dos arranjos conservadores daquele Partido. A não aprovação da emenda constitucional “Dante de Oliveira” foi o clímax da manobra dos que pretendiam mudanças “sem voto”. Inúmeros parlamentares críticos da candidatura Maluf acabariam por formar a Frente Liberal, que se aliaria ao PMDB, dando o retoque final para a formação da “Aliança Democrática”, rumo ao Colégio Eleitoral.

A decomposição do bloco de poder e a formação de um novo bloco conservador-conciliador permitiram a eleição da chapa Tancredo-Sarney. A morte de Tancredo Neves, logo após sua eleição, revelou aos liberais e setores da esquerda aderentes à Frente as amarras políticas criadas contra eles próprios. A “Nova República” nascia com nome e sobrenome da ditadura: José Sarney.

As lutas operárias do final dos anos 70 trouxeram à tona toda uma gama de novos elementos que repercutiriam, a partir de então, durante todo o processo agônico do regime ditatorial. A existência, no seio dessas lutas, de diferentes agentes e projetos sindicais e políticos, marcou aquela conjuntura, caracterizada pela mobilização contra a crise econômica e pela construção de alternativas organizativas.

Os representantes do “novo sindicalismo”, ou “autênticos”, líderes dos movimentos grevistas do ABCD paulista, atuavam em sindicatos atrelados à estrutura tradicional do varguismo, em relação a qual apresentavam um questionamento profundo, em especial, à existência do imposto sindical e a falta de liberdade de organização sindical. Desde cedo surgiram desacordos entre estes sindicalistas e os representantes da Unidade Sindical, composta especialmente por trabalhadores vinculados ao PCB, ao MR-8 e pelo PCdoB. Estes setores apontavam a centralidade da luta para a manutenção de uma frente antiditatorial manifestada político-partidariamente no MDB.

Um outro setor que começava a se destacar na época, era o das Oposições Sindicais (OS). Composta por militantes da esquerda revolucionária e de sindicalistas ligados à esquerda católica, as OS vão atuar através das comissões de fábrica, apresentando uma plataforma crítica da estrutura corporativa vigente. A aproximação das OS com os “autênticos” consolidou-se no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura

Sindical (ENTOES), em 1980, marcando uma unificação de propósitos quanto ao encaminhamento de projetos ligados à representação dos trabalhadores (SANTANA, 2001).

Nesta época houve uma demarcação dos projetos em disputa: de um lado os que questionavam radicalmente a estrutura sindical e propunham uma ação mais contundente dos sindicatos e, de outro, aqueles mais “cautelosos”, voltados à aproximação de setores sindicais conservadores e, até, dos históricos pelegos aferrados à velha estrutura sindical.

O ascenso operário colocou na ordem do dia a discussão sobre a criação de uma central sindical. Esta passaria pela organização da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), que se realizou em agosto de 1981, em Praia Grande (SP). As decisões da I CONCLAT se deram através de soluções de compromisso, o que não conseguiu, porém, obnubilar as divisões que rapidamente se manifestariam.

Na preparação da II CONCLAT as divergências cresceram em relação à participação das oposições. Estas e os “autênticos” convocaram, então, a CONCLAT para agosto, em São Bernardo (SP), enquanto a Unidade Sindical chamava um outro para novembro, em Praia Grande. O I Congresso das Classes Trabalhadoras (assim se denominou o CONCLAT diferenciando-se do anterior) acabou por criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dava-se aí um passo decisivo, divisor de águas dentro do movimento sindical brasileiro.

A “opção conservadora” capitaneada pelo PCB colocou-o, desde o início, em difícil situação frente ao objetivo de liderar a classe trabalhadora, ao subordinar sua linha sindical ao reforço da frente peemedebista de transição da ditadura. Se de um lado, afastava-se do “novo sindicalismo” e entregava para este a direção do que havia de mais combativo na classe operária, de outro, sofria com as dificuldades de adaptação ao pólo escolhido para se abrigar. O sindicalismo pelego nunca teve a intenção de receber os pecebistas de braços abertos.

Enquanto isso, o seu antípoda não diminuía o seu crescimento no conjunto da sociedade. O PT conseguiu suportar as pressões e, mesmo sem resultados eleitorais brilhantes, obteve no pleito de 1985 uma votação superior à de 1982, além de vencer a disputa pela prefeitura de Fortaleza. E, ao contrário do PCB, os petistas mantiveram-se, mesmo em conjuntura difícil diante da opinião pública, com um viés crítico frente ao Plano Cruzado:

(...) que buscava enganar os trabalhadores, com medidas populistas e insustentáveis, entre elas o congelamento geral dos preços e a redução brusca da inflação. O PT entendeu o engodo. Criticou-o nas suas raízes

antipopulares e antidemocráticas embutidas nos cálculos ou dissimuladas pela euforia. (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 255).

A ação governamental ao lançar o Plano Cruzado II, quando os votos da eleição de 1986 nem haviam sido escrutinados, representou um duro golpe nos setores que se tinham postado como sustentáculos da demagogia sarneysista. Tanto mais que estava montado o quadro congressual a partir do qual surgiria a nova Constituição. De uma Assembléia Nacional Constituinte proposta por liberais e partes da esquerda nos anos mais negros da ditadura, eis que o que subsistia era um Congresso Constituinte dominado por setores conservadores, eleitos através de uma enganação. A Constituinte ganhava, com Sarney, o sentido de sua própria eleição no Colégio Eleitoral: a montanha paria um rato.

O papel do PT e dias forças de esquerda, foi de grande valia para estabelecer anteparos aos conservadores no processo constituinte. O Partido propôs um projeto de Constituição com o direito de insurgência popular contra governos que violassem os princípios constitucionais, direito de propriedade subordinado ao interesse social, Congresso unicameral e voto facultativo (GADOTTI e PEREIRA, 1989). Além disso, apresentou dezenas de emendas, sem se curvar às pressões governamentais e dos militares. A resposta do PT ao texto final votado em outubro de 1988 e às manobras realizadas pelos setores conservadores, materializou-se no voto contrário à sua aprovação, tendo, porém, assinado formalmente a Carta como reconhecimento de sua participação na sua elaboração.

A atuação dos setores conservadores contra o crescimento do PT e de sua influência social não era uma novidade. O cerco ao PT durante o ano eleitoral de 1986 demonstrou até quanto a burguesia poderia “jogar pesado”. Um assalto a banco, naquele ano, foi “denunciado” pela mídia como ação petista, mesmo após o repúdio à ação pela direção partidária. A pressão só aumentou quando da greve geral “puxada” pela CUT em agosto daquele ano. Apesar disso, o PT dobrou sua votação nacional em relação ao pleito de 1982.

Ao bancar a realização do CONCLAT,³ os criadores da CUT assumiram o conflito aberto pela hegemonia do sindicalismo no Brasil. A CUT, em seus primeiros anos de vida, conseguiu, mais e mais, representar os anseios de conquistas para os trabalhadores. A direção combativa, as propostas de organização e luta contra o patronato deram aos “cutistas” uma crescente autoridade.

E enquanto a CUT passava por um período de intenso fortalecimento nos anos 80⁴, o PCB aferrava-se à sua política de aliança com os conservadores. Em março de 1986, frente à impossibilidade da unidade entre setores combativos e pelegos do sindicalismo brasileiro, os pecebistas participariam da criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto isso, a CUT realizava seu 2º Congresso, com a aprovação de uma Campanha Nacional de Luta que previa que o desgaste popular do Plano Cruzado abriria espaços para o avanço do movimento sindical. Apontava a unificação das campanhas salariais e as lutas neste primeiro semestre como base para a construção de uma greve geral, apesar de considerar prematura a marcação da data de sua efetivação (CUT, 1986b).

A falência do Plano Cruzado e o agravamento da crise econômica levaram o governo Sarney a editar um segundo projeto de estabilização inflacionária no final de 1986. A CUT reagiu às novas medidas, que causavam grandes perdas salariais, por meio de uma greve geral, realizada em 12 de dezembro de 1986. E, apesar do sucesso da paralisação, com milhões de trabalhadores cruzando os braços em todo o país, as condições de vida e trabalho destes só se agravariam daí em diante. Em junho de 1987, Sarney baixaria um novo “pacote”, com novo congelamento de preços e salários e fim dos “gatilhos” salariais, além de outras perdas para os trabalhadores. A Central chamou nova greve geral para o mês de agosto (CUT, 1987a). Segundo Jair Meneghelli, presidente nacional da CUT, essa greve articulava-se com a campanha pelas eleições diretas para presidente em 1988 e com a de arrecadação de assinaturas para as emendas populares à Constituinte e não se encerrava em si mesma, o que fazia prever a ocorrência de novas greves gerais (CUT, 1987b).

A realidade, porém, diferiu das afirmativas do presidente da entidade. Se a greve de dezembro de 1986 sofrera considerável repressão, a de agosto do ano seguinte acusou um quadro mais alarmante, com centenas de prisões e espancamento de grevistas. Além disso, o crescimento da recessão e do desemprego agiu contra a ação grevista, assim como o refluxo de greves específicas nos meses de julho e agosto. E, apesar do crescimento das greves até junho de 1987, em comparação com o ano anterior, uma parcela destacada delas foi realizada por funcionários públicos (75% do total de trabalhadores parados em junho) motivados pela deterioração de sua remuneração (CUT, 1987c).

Outro elemento deve ser destacado na avaliação daquele momento. Despontava, então, uma opção para interromper o crescimento cutista no movimento dos trabalhadores. A partir

da CGT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, surgiria o chamado “sindicalismo de resultados”. Seus principais responsáveis seriam Antonio Rogério Magri e Luiz Antonio Medeiros. O primeiro, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e membro da executiva nacional da CGT na sua fundação, era coordenador do Instituto Cultural do Trabalho, surgido em 1963⁵, e vinculado à central sindical estadunidense AFL-CIO. O segundo, com passagem pelo PCB se tornara secretário do eterno pelego Joaquim dos Santos Andrade, em 1981, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Rompido com o PCB, ascendeu à vice-presidência do Sindicato em 1984 e à sua presidência três anos depois⁶. Neste período ocorreu o crescimento da oposição a “Joaquinzão” e diversas greves em sua base, construídas sob a liderança das comissões de fábrica. O aparecimento da dupla Medeiros-Magri funcionaria como bálsamo para as tensões vividas pelo governo e a burguesia frente ao crescimento das lutas operárias.

A trajetória da CUT apresentou, na segunda metade dos anos 80, como já exposto acima, uma série de dificuldades. A pressão governamental, patronal e da “mídia”, acompanhada do quadro econômico-social adverso às grandes mobilizações e à obtenção de resultados de vulto a partir delas. Esses elementos da conjuntura abriram espaço para mudanças na ação e nas propostas de lideranças cutistas identificadas com os “autênticos”. Acompanhando a inflexão política já iniciada no PT, a CUT sai do seu III Congresso, em 1988, com uma linha mais cautelosa, “propositiva” e “responsável”. A CUT-instituição se afirmava perante a CUT-movimento (SANTANA, 2001).

O SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA SÓCIO-POLÍTICA DOS ANOS 80

Uma análise geral do Serviço Social no Brasil permite perceber, no período estudado, como as transformações na história do país nele rebateram seguidamente e como tais processos contribuíram para análises e práticas dos agentes neles envolvidos.

Quando da crise terminal do regime ditatorial, o Serviço Social seria pressionado para garantir a reprodução do capital, minorando, com políticas assistencialistas, os efeitos da questão social. De outro lado, o crescimento das demandas do movimento social cobrava do Serviço Social uma postura de combate por mudanças na sociedade brasileira. Nessa conjuntura, a vanguarda da categoria assumiria proposições críticas ao conservadorismo e ao

tecnicismo e se lançaria à construção de uma ação profissional assumidamente política, ao lado de setores que se batiam contra a ditadura e o capital.

O processo de reorganização das entidades de assistentes sociais tomaria corpo, em 1979, com um Encontro (III ENEAS) em São Paulo, quando se avolumariam as discussões sobre as lutas econômicas, além da criação de uma Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), voltado a iniciar a reorganização sindical da categoria. O encontro acabaria por ter destaque na organização da intervenção no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS - 1979). Este Congresso transformou-se em um fórum de debates sobre os rumos do Serviço Social no Brasil, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo⁷.

Em 1979, a Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) aprovaria uma nova proposta curricular para a formação acadêmica dos profissionais da área. Surgiria, ainda, a Revista Serviço Social & Sociedade, suprimindo a lacuna de um espaço para a produção intelectual de assistentes sociais brasileiros.

Os anos 80 começariam com uma forte mobilização de setores do Serviço Social em seus diversos campos de atuação. O questionamento de uma pretensa neutralidade profissional abriria espaço para a assunção da dimensão político-ideológica da profissão e seu vínculo a um projeto de classe não-dominante. Isso colocava para o assistente social, por exemplo, uma participação direta na luta pela transformação social junto aos explorados, uma ação profissional crítica de preceitos moldadores da clientela em um processo de adaptação/aceitação da situação vigente. A legitimação da profissão dar-se-ia a partir do compromisso com as classes populares, rompendo-se qualquer visão tecnicista e/ou assistencialista voltadas a reduzir a pobreza/miséria sem atacar as bases geradoras desses problemas. A clientela deveria abandonar o papel de paciente e o assistente social a postura “superior”, criando-se vínculos entre profissional e cliente no embate da questão social em sua origem. Essa aliança seria buscada, ainda, com os movimentos sociais e as organizações dos trabalhadores, nos quais o assistente social agiria no apoio às lutas e no estímulo à participação e organização coletivas, na formação de uma consciência e identidade de classe. Neste sentido, práticas como assessoria aos movimentos populares e educação popular, nas quais funcionavam como co-participantes de uma construção coletiva de conhecimento da realidade, formavam as bases viabilizadoras do projeto profissional de ruptura.

Para levar adiante este projeto a vanguarda do Serviço Social brasileiro precisou encarar algumas questões que serviam de entraves à sua consecução. A primeira delas dizia respeito à negação, em um primeiro momento, da prática da assistência, vista como ação realizada no âmbito do Estado, instrumento da classe dominante, logo garantidor dos interesses daquela no bojo da luta de classes. Uma nova visão se colocaria, então, no Serviço Social, incorporando a idéia gramsciana de Estado como espaço de luta social no qual o assistente social rompia seu papel de agente acomodador, procurando ampliar a participação popular, estabelecendo um novo papel para a assistência, dentro de uma perspectiva de direito da população, como conquista (SILVA, 1995).

A segunda questão a ser superada referia-se à necessidade de uma base teórico-metodológica voltada a dar sustentação ao projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. No final dos anos 70 começou a tomar vulto uma produção acadêmica voltada à formação profissional fundamentada em autores marxistas e na própria obra marxiana. Essa base teórica se tornaria hegemônica no discurso formativo de assistentes sociais a partir dos anos 80, e ajudaria a solidificar uma nova visão da relação deles com a clientela, com os movimentos populares e com as instituições do Estado. Além disso, este esmero no campo da teoria colocaria o Serviço Social na linha de frente da produção acadêmica de viés marxista. Tal fato, acompanhado, pela participação dos assistentes sociais nas lutas da sociedade brasileira, abriu espaços para que o Serviço Social fosse notado como de vital importância pelos que se referenciavam na ótica da transformação social, colocando em xeque o velho estereótipo das profissões voltadas ao assistencialismo.

Outro entrave fundamental ao desenvolvimento do projeto profissional de ruptura era a manutenção de uma mentalidade conservadora nos organismos de regulamentação/fiscalização da profissão e a desarticulação de seus órgãos representativos. As mudanças no interior da ABESS permitiram a criação de uma nova proposta curricular que acabou por ser aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982, fixando as bases teóricas e os compromissos políticos da profissão. Neste período, esforços foram efetivados para a implementação do novo currículo em todos os cursos existentes no país, acompanhados de uma pesquisa acerca da formação profissional. A formação ganharia novos impulsos com o surgimento da primeira turma do curso de doutorado em Serviço Social no Brasil (e na América Latina), implementado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

além do reconhecimento da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Também o CFAS e diversos CRAS sofreram o impacto dos novos ventos que sopravam na direção da renovação. Os choques ocorridos no III CBAS deixaram resultados imediatos: a realização de eventos, nos quais passaram a ser debatidos o papel fiscalizador dessas entidades e o Código de Ética da profissão. Em relação a este último, faz-se necessário um comentário: surgido no bojo de uma conjuntura de mobilização social na luta por direitos em uma sociedade marcada por 20 anos de ditadura, o Código, em seu conteúdo, refletiu este momento de radicalização e de impulso de setores do Serviço Social em participar ativamente deste momento histórico (fim da ditadura). Neste sentido, a formulação do Código de 1986, pelo qual o assistente social deveria estar a serviço de uma classe social (os trabalhadores), refletia esta situação de embate pela qual passava a sociedade brasileira. O voluntarismo da proposição, logo abandonada por uma formulação mais ampla do papel dos assistentes sociais (1993), ao mesmo tempo em que deve sofrer as necessárias correções, precisa ser compreendido dentro do contexto daquele período. Analisado fora do seu contexto, abre espaço para críticas fáceis às suas asserções, em um sentido de desqualificação da obra daqueles que se lançavam à luta voltada ao rompimento com a tradição concentradora de poder e disseminadora de miséria existente desde sempre no Brasil.

Os anos 80 marcariam, ainda, um forte movimento em prol da criação/reorganização das entidades representativas dos assistentes sociais. A partir das primeiras experiências, seguiram-se sistemáticas que aproximavam os assistentes sociais brasileiros das práticas mais avançadas existentes, então, no campo sindical. Dando conseqüência às propostas do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de 1979, de transformação das associações profissionais em sindicatos, de barrar, na base, a construção de uma federação sem a participação da categoria e de uma CENEAS como entidade com representação por região e coordenação geral nacional, os assistentes sociais utilizariam diferentes fóruns para debater e deliberar sobre seus rumos. O IV CBAS (outubro de 1982) colocou a organização da categoria como prioridade em seu temário, juntamente com a análise da conjuntura e a situação do movimento popular e sindical. Não se deve esquecer que aquele momento marcava um profundo debate sobre o futuro dos sindicatos brasileiros, que gerariam sua divisão, personificadas no surgimento da CUT e, posteriormente, da CGT.

O reflexo desses conflitos de interesses dentro do Serviço Social manifestar-se-ia no ano seguinte, 1983, quando da I Assembléia Nacional dos Assistentes Sociais. Nela deliberou-se criar a Associação Nacional pró-Federação dos Assistentes Sociais (ANAS), organismo dirigente nacional das demandas sindicais da categoria. Esta proposta representava as aspirações do chamado Pólo Combativo, setor que se manifestara pela criação da CUT. O setor ligado à Unidade Sindical defendia a proposta, derrotada, de manter a CENEAS. A proposição vencedora veio acompanhada de outra, sobre o encaminhamento imediato do pedido de legalização da nova Federação.

A Assembléia de Salvador elegeu, ainda, a primeira diretoria da ANAS e abriu o debate na categoria sobre a filiação à CUT. Esta acabaria por se formalizar na II Assembléia Nacional, realizada em 1985. A assunção das bandeiras da CUT, a luta pelo rompimento da estrutura sindical vigente, a oposição ao pacto social proposto pelo presidente da “Nova República”, José Sarney, foram outras de suas deliberações. No campo da organização interna da Associação, deliberou-se por eleições de suas diretorias baseadas nos programas aprovados nas assembleias nacionais, inviabilizando qualquer composição com a Unidade Sindical. Além disso, as eleições para a diretoria seguinte (gestão 1987/89) deveriam ser diretas, e não em Congresso como até então ocorria. Isso pode ser explicado pelo contexto da época, quando a CUT estimulava um processo de democratização das federações a ela filiadas, em contraposição à ausência de participação e influência das bases em entidades desse tipo referenciadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A III Assembléia Nacional (1987) reafirmou a ANAS como entidade sindical legítima dos assistentes sociais em resposta ao indeferimento da carta sindical pelo governo. Além disso, iniciou-se, então, uma discussão que mudaria os rumos da organização da categoria. A CUT tinha como princípio a estruturação dos trabalhadores por ramo de atividade produtiva (CUT, 1986a) e, partindo dessa premissa, a Assembléia deliberou a abertura do debate sobre o tema para toda a categoria, como perspectiva de adaptação do formato existente (sindicatos de assistentes sociais) àquele propugnado pela Central⁸. Esta Assembléia decidiu, ainda, que a ANAS deveria participar de uma recém-criada associação para profissionais liberais da CUT, apesar de uma atitude crítica frente ao enquadramento dos assistentes sociais como tal tipo de profissional. A reunião julgou importante fortalecer a participação dos assistentes sociais nas formas organizativas conjuntas dos servidores públicos, dado o peso da categoria no setor e a

influência que nele poderia exercer. Abriu-se também um espaço de deliberação sobre a articulação com entidades sindicais ou gremiais latino-americanas, em busca de seu fortalecimento, pela solidariedade nas lutas e a construção desejada de um projeto profissional comum. Se a vinculação ao Serviço Social latino-americano, em suas diversas vertentes, já vinha em um crescente desde os anos 70, as iniciativas, à época, permitiram um fortalecimento desse processo no subcontinente. Os encontros de entidades e de grêmios do Cone Sul no segundo lustro dos anos 80, seriam determinantes para a ampliação das discussões, que iam desde a formalização de um projeto alternativo do Serviço Social para a América Latina à construção de formas ativas de solidariedade às lutas continentais. Neste contexto, o fortalecimento da organização e atuação dos assistentes sociais brasileiros indicava um claro rompimento com a tradição do Serviço Social no país e a possibilidade de construir novos rumos, no bojo da luta pela transformação social, através de uma base organizativa consolidada e reconhecida pela categoria.

FIM DA DÉCADA

Os últimos anos da década de 80 poderiam dar a um observador pouco atento a impressão de que o ascenso do movimento popular, malgrado a crise econômica vivida naquela conjuntura, tinha solidez e apresentava condições de representar um suporte a políticas alternativas à transição/transação “por cima” da Nova República. As vitórias eleitorais do PT em 1988, em especial, em grandes capitais como São Paulo e Porto Alegre, apontavam para a solidificação e expansão do partido como opção real de governo para milhões de brasileiros

A resistência dos trabalhadores se fazia sentir em um número incontável de greves, apesar da pesada ação repressiva. Em resposta ao novo plano de “estabilização” do início de 1989, foi realizada a maior greve geral da História do Brasil até então, quando por volta de 15 milhões de trabalhadores, cruzaram os braços, sustentando as palavras de ordem “contra o arrocho” e “fora Sarney” (GIANNOTTI, 2007). A CUT se consolidaria como a maior central sindical brasileira, tendo realizado seu III Congresso em setembro de 1988, quando foram aprovadas críticas às políticas econômicas vigentes e à Constituição recém-aprovada.

Infelizmente, o quadro conjuntural brasileiro apresentava uma série de questões que tendiam a modificar o panorama da luta de classes no país, influenciando diretamente no desvio de rota que ganharia corpo na década seguinte.

De início, deve-se assinalar a existência de um panorama internacional profundamente negativo para as lutas dos trabalhadores. A via stalinista-brejnevista na União Soviética encontrava o seu canto de cisne. Naquele contexto de luta ideológica em nível mundial, os arautos do capital cantavam vitória e decretavam a morte do socialismo e do comunismo. O fim inglório da União Soviética teria, a partir daí, o papel de garantir a implantação da ideologia do “pensamento único” e do “fim da História”. Enquanto isso, as resistências ao modelo neoliberal eram derrotadas, fazendo com que os governos social-democratas acabassem por implementar propostas nele baseadas.

O sindicalismo sofreria diretamente com esse processo, com dessindicalização, aumento expressivo do trabalho precário e incapacidade de incorporação dessa parcela da força de trabalho às lutas e à organização sindical. O enfraquecimento dos sindicatos restringiu a sua influência social e seu papel na luta de classes. Reduziram-se as greves e manifestações operárias nos países do capitalismo avançado, além de terem se ampliado, em contrapartida, as práticas corporativas, xenófobas e racistas no seio da própria classe (ANTUNES, 1993).

Esse conjunto de questões alcançaria o Brasil não só através das medidas adotadas pelos planos econômicos, sob a justificativa de combate à inflação e à desorganização econômica a ela inerente. Iniciava-se, também todo um processo de mudanças tecnológicas e novos padrões de gestão (“reengenharia”) que afetariam profundamente o “mundo do trabalho”, das áreas cêntricas do capitalismo até a periferia.

Atacado pelo governo Sarney que lhe cobrava adesão ao “pacto social”, pela crise econômica e pelo “sindicalismo de resultados” da CGT de Medeiros-Magri, o setor do sindicalismo classista representado pela CUT começaria a apresentar sinais de mudança de rumos em direção a uma prática centrada na negociação e na institucionalidade. Além do mais, ocorria, então, um processo de centralização e burocratização do poder no interior da Central do qual ela não mais se livraria.

Desde 1986 (II Congresso) as transformações internas na Central se deram no campo da montagem de uma estrutura que pudesse sustentar seu crescimento e no maior poder dado

às direções em detrimento das bases. A essa característica, que se agravaria até o IV Congresso, já nos anos 90, acrescia-se o fato de a CUT ter-se acomodado à estrutura sindical varguista, a qual, por princípio, deveria ser combatida de forma incessante. “(...) a CUT não só não mudou a estrutura sindical oficial, como, depois de 1988, aderiu integralmente a ela. Abdicou da luta pela liberdade e autonomia sindical e passou a lutar apenas pela regulamentação do artigo 8º da Constituição”. (ARAÚJO, 1993, p. 112).

Dos anos 90 em diante esta situação agravou-se, inclusive nos campos político e de autonomia sindical, quando as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram a ser a grande base de sustentação financeira das ações cutistas. A Central, apesar das manifestações em contrário de suas lideranças e de resoluções congressuais, não rompeu com o Imposto Sindical, do qual a maioria dos seus sindicatos permaneceu fortemente dependente, mesmo com casos isolados de devolução dos valores aos trabalhadores que assim o solicitassem.

Se a democracia interna da CUT começara a sofrer seus primeiros impactos em meados da década, o seu III Congresso (1988) marcou a tentativa de seu setor majoritário de criar uma nova estrutura para a Central. Por ela, seria reduzida a participação das bases nos Congressos, destacando às direções e rompendo com a idéia de Central do conjunto dos trabalhadores, restringindo a CUT de falar em nome dos sindicatos filiados, abrindo mão da crítica à velha estrutura sindical que passava a ser à base de sustentação da Central (CARVALHO, 1993).

Apesar das tentativas dos setores minoritários em barrar essa tendência, o processo tornou-se irreversível naquele fim de década. A filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), por decisão de uma Plenária Nacional em 1992, demonstraria tal inclinação. O IV Congresso da Central, além de ampliar as medidas restritivas aprovadas no anterior, foi marcado por episódios lamentáveis de fraudes e golpes para garantir o poder à Articulação Sindical. (GIANNOTTI E NETO, 1993, p. 43).

O mesmo quadro de confronto entre transformação e acomodação à ordem acompanhava os destinos do PT naquele final dos anos 80, não só pelas condições objetivas dos cenários nacional e internacional, como, também, pelas condições internas e das forças políticas em luta tanto no Partido quanto na Central. Não seria mera coincidência que a corrente petista quase sempre dominante no PT fosse a da Articulação.

A radicalização do movimento popular, em 1988, teve como desaguadouro a primeira grande vitória do PT nas eleições municipais. Confirmar-se-ia, inclusive, o importante papel da militância do Serviço Social, com a eleição de uma liderança da categoria (Luiza Erundina) para a prefeitura de São Paulo (SP). A vitória petista em capitais e cidades de destaque pelo país permitiria, enfim, que se levasse à prática um conjunto de proposições até ali relegadas ao papel, o “modo petista de governar”.

Colocadas na conjuntura de afirmação internacional do projeto neoliberal e grave crise econômica no país, o Partido conquistou postos no aparelho de Estado sob pressão para gerir a crise, tendo as opções de gestão, em geral, pouco impacto em termos de mudanças profundas. Ao contrário, optou-se, freqüentemente, pelo possibilismo, a busca do se governar realizando alterações, mas sempre dentro da lógica do poder vigente. Os conflitos entre administrações petistas e setores do movimento popular foram criticados pelas cúpulas petista e cutista. Tendeu-se, quase sempre, ao enfraquecimento das lutas, à acomodação dos administradores à ordem burguesa e o fortalecimento das cúpulas partidárias a eles articulados.

O ano de 1989 nasceu sob a égide das vitórias eleitorais petistas e as greves dos petroleiros e dos operários da CSN, além do assassinato do sindicalista rural Chico Mendes. Neste quadro se desenvolveu a campanha para a Presidência da República, vital para os setores do grande capital infligirem uma derrota ao movimento popular e escancarar as portas para a implantação das políticas neoliberais. A esquerda e seus aliados consideravam-na, também, fundamental, a ponto de o PT definir que a “(...) Campanha de Lula é o centro tático do PT este ano”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.386).

As forças conservadoras optariam por Collor de Mello que, aproveitando-se da onda neoliberal que varria o mundo e da crise do Leste Europeu, usou e abusou do tradicional pânico da pequeno-burguesia frente às crises econômicas e à ascensão da esquerda. O candidato teve, ainda, a ajuda inesperada da repressão do governo chinês aos estudantes em Pequim, cujas imagens até hoje, são usadas para denunciar a “violência do comunismo”.

Por seu lado, o movimento operário e popular seria responsável por uma ampla campanha de massas, nas ruas de todo o país, aglutinando, principalmente no segundo turno, toda uma gama de segmentos sociais críticos do capital. A bandeira vermelha (com a estrela

petista) inundava as praças e os corações de uma militância que acreditava em mudanças profundas no modelo de sociedade até então dominante.

O programa de governo petista estimulava essas expectativas: medidas que davam fim aos resquícios do regime ditatorial, subordinação da propriedade privada aos objetivos sociais da atividade econômica, recuperação do papel do Estado na vida econômica, controle do capital estrangeiro, rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa e reforma agrária, dentre outras proposições (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

A derrota de Lula, frustrante e traumática, poderia, ainda assim, ter funcionado como alavanca da resistência contra o governo Collor. Não foi, porém, o que se viu: apesar de situações pontuais, o furor de medidas neoliberais viria acompanhado pela falta de respostas concretas por parte do PT e da CUT. No caso desta, a nova década já demonstrava os estragos que os desvios dos rumos originais causavam em sua linha política. A participação no “entendimento nacional” proposto pelo governo era demonstrativo desses câmbios.

O PT, mesmo que em um quadro inicial de maior resistência frente ao desarme das lutas anticapitalistas (resoluções do 7º Encontro Nacional, em 1990), não demoraria a expor à luz, pelas mãos da Articulação e de setores parlamentares, uma política de diluição do classismo, além do cerceamento aos grupos internos que se opunham a essa “modernização” do Partido. O I Congresso do PT, em 1991, confirmou a virada rumo à social-democracia. A imprensa estampava manchetes, à época, do tipo “PT confirma tendência social-democrata”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/12/1991). A ampliação da política de alianças a todos que lutavam contra o governo Collor, o entendimento da democracia como valor universal, acima das classes sociais e a abertura de debate interno sobre a posição dos petistas em quanto à filiação da CUT à CIOSL foram pontos que deram a tônica das resoluções do Congresso (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

Enquanto setores da esquerda petista, extremamente divididos e fragilizados, denunciavam os caminhos social-democratizantes assumidos pelo PT no Congresso, o líder da “direita” partidária, o ex-guerrilheiro do PCdoB e deputado federal José Genoíno (PT-SP), declarava que o Partido deveria assumir uma visão “moderna” que fizesse alianças não com seu ex-partido, para evitar que os petistas entrassem na História “como peça de museu, na qualidade de os últimos comunistas do mundo”. (*Id.*). O futuro mostraria que papel na História estava reservado para Genoíno e parte da cúpula da Articulação.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, ficou patente que a idéia lançada por diferentes analistas, sobre a década de 80 ter sido “perdida”, só pode ser levada em conta enquanto carregada de um cariz ideológico marcadamente de classe, burguês e neoliberal. O quadro que aqui foi apresentado mostra o Brasil, em diferentes aspectos, na contracorrente de modificações profundas que ocorreriam nos países cêntricos do capitalismo mundial. Cabem aqui dois alertas: o primeiro, diz respeito ao fato de que tal constatação não se dá por estar o Brasil na linha de frente de uma reação generalizada, consciente e organizada às transformações capitalistas em curso. Pode-se afirmar que o processo político que aqui se desenvolveu respondia a uma conjuntura de crise do regime ditatorial e do destampar de reivindicações reprimidas por décadas. Em segundo lugar, e articulado ao anterior, o Brasil não era uma ilha isolada da maré-montante neoliberal. Ao contrário, a crise econômica, que perpassou boa parte do período aqui estudado, abria portas para uma vinculação/incorporação das políticas econômico-financeiras dos governos da época às lógicas que paulatinamente tornavam-se hegemônicas. Se a década de 80 foi perdida, na visão dos áulicos do mercado, isso se deu, em grande parte pela ação dos lutadores, especialmente no campo sindical, que frearam, ao menos por um tempo, a implantação do modelo que fazia sucesso nas rodas do grande capital internacional. Não foi a situação lamentável das finanças, da inflação galopante, dos seguidos planos de “estabilização” fracassados que “nos perderam” para o neoliberalismo. Foram, precisamente, estes os instrumentos utilizados pelos agentes do capital para quebrar com a resistência dos trabalhadores e da população pobre. Neste sentido, fica claro ter existido a necessidade (aliás, sempiterna) de se derrocar os instrumentos de luta dos trabalhadores para reduzir/impedir a contestação aos “remédios”, cujo amargor nem a cobertura edulcorada da modernidade conseguia ocultar.

Lastimaram-se estes agentes da ordem burguesa pelo tempo gasto em levar milhões ao desemprego e à miséria, em comprar lealdades políticas e sindicais para que se rendessem às novidades, ao menos calando, senão defendendo sua implantação. Ou no tanto que se perdeu em destruir empresas estatais lucrativas, vendidas, posteriormente, “a preço de banana” ao capital nacional e/ou imperialista. Ou em derrogar direitos tão duramente conquistados pelos

trabalhadores. Queriam o quê? A vitória sem luta, sem resistência dos setores mais organizados do movimento popular? Ao contrário, a derrota, profunda, mas não definitiva, destes, parece vir sempre acompanhada de um lembrete aos que advogam as causas do capital, parafraseado de uma expressão já hoje famosa: “É a luta de classes, idiota.”

ABSTRACT

Many analysts who dedicated their studies to the 1980s refer to these years as a “lost decade” in Brazil, due to the economic situation at the time. The aim of this paper is to discuss such period by considering other factors, such as the appearance of a strong political and social mobilization that attempted to defeat the dictatorial political system and to construct a more democratic society, with larger participation of the more explored classes. I focus on the struggles of the working class, the reorganization of the political movement of the union and of the working party and the importance of the political-union organizations at that period, considering their promotions and limitations. I point out that social work becomes very relevant in this context, as it confronts the conservative tradition and struggles for the construction of a profession which is articulated with the interests of the majority of the population.

Keywords: Popular Movements, Union Movement, Workers Party, Central Workers Union, Social Work

Notas:

¹ A dívida externa dos EUA já ultrapassava 1,5 trilhões de dólares em 1984.

² Um quadro detalhado dessas questões pode ser encontrado em Alves (1989, p. 268/278).

³ A sigla CONCLAT teve, à época, cinco significados distintos, a saber: a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada na Praia Grande (SP) em 1981; o Congresso de fundação da CUT, em agosto de 1983; o bloco sindical que não participou dessa fundação e realizou, em novembro de 1983, um outro congresso com o mesmo nome; a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, ciranda nesse congresso de novembro de 1983 e o congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em março de 1986 (ALMANAQUE DA CUT, junho de 1986a).

⁴ Um estudo detalhado da Central, nesse período, pode ser encontrado em (RODRIGUES, 1997).

⁵ Sobre a criação e atuação do ICT, ver Dreifuss (1981, p.317/318).

⁶ Em relação à trajetória de Medeiros, ver Nogueira (1997) e Giannotti (2002).

⁷ As referências ao processo de reorganização dos assistentes sociais têm por base, em geral, as informações contidas em Abramides e Cabral (1995, capítulo 3).

⁸ Tal encaminhamento não se deu sem a existência posterior de grandes dificuldades e resistências, causadoras, inclusive, de alguma desorganização no seio da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, Maria do Socorro R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER. Emir (org.) *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. A CUT entre o Classismo e a Social Democracia. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p 85 – 94, 1993.

ARAÚJO, José Prata de. Destruição ou Aceitação da Estrutura Sindical Oficial. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p. 111 – 124, 1993.

CARVALHO, Durval de. CUT. Democracia, Solidariedade, Socialismo. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p. 150 – 164, 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Almanaque*, São Paulo, Cia Editora Joruês, julho de 1986a.

_____. *Boletim Nacional nº 9*, Suplemento, São Paulo, Cia Editora Joruês, agosto/setembro de 1986b.

_____. *Boletim Nacional nº 13*, São Paulo, Cia Editora Joruês, maio/junho de 1987a.

_____. *Boletim Nacional nº 14*, São Paulo, Cia Editora Joruês, julho/agosto de 1987b.

_____. *Boletim Nacional nº 15*, São Paulo, Cia Editora Joruês, setembro de 1987c.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado*, 3º ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, SP, 02/12/1991.

GADOTTI e PEREIRA. *Pra que PT*, São Paulo, Cortez, 1989.

GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical, a Central Neoliberal*, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

_____. *História da Luta dos Trabalhadores no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

GIANOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, 1993.

GOMES, José Menezes. A Trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas Relações com o Brasil, *Universidade e Sociedade*, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Brasília, nº 31, p. 32 - 49, 2003.

HAYEK, Fredrich. *O Caminho da Servidão*, Porto Alegre, Globo, 1977.

NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro*, São Paulo, EDUC/FAPESPE, 1997.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979 – 1998)*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

RODRIGUES, I. Jácome. *Sindicalismo e Política; a Trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da S. e (coord.). *O Serviço Social e o Popular*, São Paulo, Cortez, 1995.